



SEÇÃO JUDICIÁRIA DE GOIÁS

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP COMPLETO - 24527179

(para contratação de bens permanentes e de consumo, serviços em geral, obras e serviços de engenharia por licitação)

Guia de suporte ao preenchimento do ETP: 20487579

ID (PAC):			
SJGO_SESEG_0025_2026			
A. Descrição sucinta do objeto			
Contratação de empresa especializada para o fornecimento, instalação, montagem e desmontagem de divisórias de gesso acartonado (drywall) e portas de madeira, incluindo todos os materiais e ferramentas, bem como a mão de obra necessária à execução dos serviços, nas dependências dos Edifícios e Galpão da Justiça Federal de Goiás, sendo a prestação de serviços sob demanda, conforme requisitada.			
B. Justificativa expressa para a contratação			
A contratação é necessária para/porque <i>(expor a finalidade e os motivos da necessidade da contratação)</i>			
Tal contratação se justifica em função de proporcionar melhor conforto acústico e térmico, ser resistente à umidade e de fácil limpeza, além de oferecer proteção do fogo e neutralização de odores e ainda em virtude da necessidade recorrente de alterações no layout interno da Seção Judiciária de Goiás, de acordo com as necessidades de trabalho de diversos setores.			
A não contratação implicará <i>(expor as consequências advindas da não contratação)</i>			
A não contratação do objeto pretendido poderá acarretar os seguintes riscos e consequências: <ul style="list-style-type: none">• Inviabilizar a execução de instalação de drywall, proveniente dos pedidos de alteração nos layouts internos da Seção Judiciária de Goiás, de acordo com a necessidade de trabalho dos setores;• Dificultar a execução dos serviços prestados por servidores e prestadores de serviços, usuários dos ambientes a serem contemplados.			
C. Alinhamento da demanda com diretrizes e metas institucionais			
A presente contratação encontra respaldo institucional, conforme previsão no Plano de Contratações Anual – PCA do ano de 2026 (24142153), Despacho SJGO-Diref (24143215), Processo Administrativo (0004712-32.2025.4.01.8006), SJGO_SESEG_0025_2026.			
D. Proposta de solução			
D.1. Alternativas de solução disponíveis no mercado			
Solução n°	Descrição das alternativas de solução disponíveis no mercado	Fontes de consulta (órgãos públicos que adotaram a solução, fornecedores etc.)	Link das consultas (doc. SEI)
Não se aplica à ação em tela.			
A solução proposta já reúne todas as alternativas presentes no mercado, agregadas a nossa necessidade, bem como a disponibilidade financeira e temporal.			
D.2. Estimativa de preços das alternativas de solução			
A estimativa de valores será definida por uma pesquisa de preços a ser realizada pela Seção de Compras e Licitações - Selit, por meio do Portal de Compras Governamentais (www.comprasgovernamentais.gov.br).			
D.3. Razões da escolha da melhor solução <i>(justificar técnica e economicamente o que o levou a escolher a solução)</i>			
A solução foi escolhida conforme vistoria feita pela equipe técnica desta Seccional, visando uma economicidade e praticidade, agregada a um resultado satisfatório e pretendido.			
Por se tratar de uma contratação já realizada anteriormente, entende-se que a instalação de drywall possui um resultado satisfatório, em aspectos funcionais e estéticos. Além do mais, a execução dos serviços é algo prático e de curta duração, adequando-se ao ambiente institucional, o que diminui a ocorrência de prejuízos na prestação de serviços da Justiça Federal.			
D.4. Justificativas para o parcelamento ou não da solução			
A contratação será por lote único , pois o não parcelamento do objeto por item se revela como a forma mais adequada ao perfil do objeto ora pretendido, além de proporcionar maior vantagem para a Administração, pelos seguintes motivos: <ol style="list-style-type: none">1) Concentração de responsabilidades – a contratação de uma única empresa promove a centralização da execução em um só fornecedor, garantindo maior eficiência técnica e operacional, com a manutenção da qualidade durante todo o contrato sob responsabilidade de um mesmo gestor/administrador.2) Uniformidade técnica e estética – a execução de paredes em drywall e portas exige padronização de materiais, acabamentos e medidas, de modo que o fracionamento entre diferentes fornecedores poderia gerar incompatibilidades técnicas e divergências estéticas.			

<p>3) Integração das interfaces construtivas – cortes, batentes, vedações e acabamentos demandam coordenação contínua, o que seria comprometido caso houvesse divisão do objeto entre empresas distintas, aumentando riscos de retrabalho e atrasos.</p> <p>4) Logística e mobilização – os serviços deverão ser executados em diversos imóveis da Justiça Federal em Goiás, na capital e no interior. A fragmentação contratual multiplicaria deslocamentos, transporte de materiais e armazenagem, elevando custos e dificultando o gerenciamento.</p> <p>5) Cumprimento de prazos – cada solicitação deverá ser atendida no prazo máximo de 30 dias. A divisão entre fornecedores comprometeria a coordenação e dificultaria o atendimento desse prazo.</p> <p>6) Economia de escala – a unificação do objeto favorece preços mais competitivos em razão do volume contratado, em observância ao princípio da economicidade no âmbito das contratações públicas.</p> <p>7) Experiência administrativa anterior – contratações similares, conforme relatado no item E.1 deste ETP, apresentaram problemas de qualidade e atraso. Assim, a centralização da execução em um único contratado se mostra mais segura para assegurar a qualidade e a celeridade na entrega.</p> <p>Portanto, a divisão do objeto por itens é tecnicamente inadequada e economicamente desvantajosa, de modo que a solução em lote único melhor atende ao interesse público, garantindo eficiência, padronização, economicidade e maior segurança contratual.</p>
<p>D.4.1. Aplicação de cotas a microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) (somente para bens de natureza divisível)</p>
<p>Considerando que o objeto será contratado em lote único e que a execução exige integração técnica entre fornecimento e instalação (paredes em drywall e portas), conclui-se pela inaplicabilidade prática da reserva de cotas prevista no inciso III do art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006 para este caso específico. A aplicação da cota implicaria no fracionamento do objeto e expansão do número de contratos, o que elevaria os riscos de incompatibilidades técnicas, retrabalhos, aumento de custo e degradação da qualidade final. Em face do princípio da eficiência e da necessidade de preservação da economicidade e da integridade técnica do serviço, a Administração opta por afastar a aplicação da reserva de cotas para este lote.</p>

E. Requisitos da solução escolhida							
E.1. Requisitos qualitativos e quantitativos (e análise das contratações anteriores)							
<p>Análise das contratações anteriores:</p> <p>Recentemente alguns processos relativos à execução de objeto comuns foram realizados, incluindo o PAe 0007841-50.2022.4.01.8006, 0004773-92.2022.4.01.8006e 0007406-42.2023.4.01.8006, que efetuaram contratações similares à pretendida por estes autos.</p> <p>Da análise deste processo verificou-se que:</p> <p>A experiência e qualificação técnica dos contratados têm deixado a desejar, executando objeto de baixa qualidade, além de apresentar vícios e atrasos na entrega. Sendo assim, com objetivo de selecionar melhores fornecedores, a Administração poderá ser mais exigente quanto aos critérios de qualificação técnica, respeitando, no entanto, os dispositivos da legislação e recomendações do Tribunal de Contas da União (TCU).</p> <p>Requisitos qualitativos:</p> <ul style="list-style-type: none"> Atender todas as boas práticas executivas, normativas e legislações vigentes, relativas aos serviços contratados; Proporcionar o fornecimento de material com alta resistência à umidade e de fácil limpeza, tecnologia acústica, conforto térmico, versatilidade, praticidade, proteção do fogo, neutralização de odores, além de harmonizar o ambiente institucional; Com relação aos critérios de sustentabilidade, informamos que os principais aspectos a serem atendidos seguem elencados no Item E.2. deste documento; A melhoria no conforto vai ao encontro das metas do Poder Judiciário, uma vez que proporcionará um ambiente de trabalho mais confortável e garantirá maior produtividade e celeridade nas atividades desempenhadas; O prazo de vigência da contratação é de 1 (um) ano, contado a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado sucessivamente, na forma do art. 107 da Lei 14.133/2021, por até 10 (dez) anos. <p>Requisitos quantitativos:</p> <ul style="list-style-type: none"> Os serviços deverão ser executados em até 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da solicitação. 							
ITEM	CATSER	CÓDIGO SICAM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
1	12700	39.16.024.018	<u>Fornecimento e Instalação de Paredes em Drywall</u> Parede de gesso acartonado "drywall", sistema de <i>lufarge gypsum</i> ou similar, com perfis de aço galvanizado, chapa 15 mm, fixados distantes um do outro no máximo 60 cm, placas <i>Standart</i> - ST em ambas as faces, emassadas nas juntas de dilatação com massa própria e fita arremate, guias e montantes com 48 mm de largura e placas 12,5 mm <i>Standart</i> , incluindo todos os materiais e acessórios necessários. Os perfis, parafusos e acessórios devem ser em aço galvanizado com revestimento zincado ou deverão ter a	m²	300,00	R\$ 156,33	R\$ 46.899,00

			proteção contra a corrosão no mínimo equivalente aos de aço galvanizado.				
2	12700	39.16.024.019	<p>Fornecimento e Instalação de Paredes em Drywall - com isolamento acústico</p> <p>Parede de gesso acartonado "drywall", sistema <i>lafarge gypsum</i> ou similar, com perfis de aço galvanizado chapa 15 mm fixados distantes um do outro no máximo 60 cm, placas <i>Standart</i> - ST em ambas as faces, emassadas nas juntas de dilatação com massa própria e fita arremate, guias e montantes com 48 mm de largura e placas de 12,5 mm <i>Standart</i> com preenchimento interno de lã mineral, incluindo todos os materiais e acessórios necessários. Os perfis, parafusos e acessórios devem ser em aço galvanizado com revestimento zincado ou deverão ter uma proteção contra corrosão no mínimo equivalente aos de aço galvanizado. Deve-se utilizar banda acústica no contato do perímetro das vedações em <i>drywall</i> com o suporte para isolamento dos perfis.</p>	m²	300,00	R\$ 209,55	R\$ 80.865,00
3	15814	39.16.024.020	<p>Fornecimento e Instalação de Portas completas, incluindo fechaduras e dobradiças</p> <p>Kits de porta de madeira com pintura, semi-oca (leve ou média), padrão médio, 90x210cm, espessura de 3,5cm, incluindo as dobradiças, montagem e instalação do batente e fechadura com execução do furo.</p>	un.	30	R\$ 362,14	R\$ 10.864,20
VALOR TOTAL ESTIMADO							R\$ 138.628,20

E.2. Critérios de sustentabilidade

Os itens pretendidos são sustentáveis? Indicar a resposta expressamente para cada item (SIM ou NÃO).

Em caso de resposta **afirmativa** para um ou mais itens: indicar os critérios de sustentabilidade adotados para cada item.

Em caso de resposta **negativa** para um ou mais itens: justificar o afastamento dos critérios de sustentabilidade para cada item.

Em observância à Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, a contratada deverá obedecer os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental, a saber:

- que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;
- que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO, como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

Já em relação ao gerenciamento de resíduos a serem gerados, conforme determina a Resolução nº 307, de 5 de julho de 2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, bem como ao Decreto 7746/12, que regulamentou o artigo 3, a Lei 12.305/10 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, a Instrução Normativa SLTI/MP n. 1, de 19/01/10, e a legislação e normas ambientais, no que incidentes.

Consoante o disposto no Art. 32 da Lei nº 12.305/2010, as embalagens dos produtos devem ser fabricadas com materiais que propiciem a sua reutilização ou a reciclagem, devendo-se assegurar que sejam restritas em volume e peso às dimensões requeridas à proteção do conteúdo e à comercialização dos produtos, projetadas de maneira que a sua reutilização seja tecnicamente viável e compatível com as exigências aplicáveis ao produto que contém, ou recicladas, se a reutilização não for possível.

- os produtos fornecidos deverão obedecer a legislação no que se refere a critérios de segurança ambiental;
- todas as embalagens e materiais utilizados deverão ser descartados adequadamente de acordo com as normas e instruções indicadas pelos fabricantes e de acordo com a legislação em vigor;
- o não cumprimento das determinações legais quanto às normas de sustentabilidade ambiental, referente aos produtos disponibilizados, ao seu adequado uso e ao adequado descarte de embalagens e refugos, submete às partes responsáveis às penas da lei.

Além dos normativos descritos anteriormente, a contratada deverá atender:

- Decreto Federal nº 7.746/2012;
- Instrução Normativa-IN nº 01/2010, do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão-MPOG;
- Resolução do Conselho Nacional de Justiça-CNJ nº 400/2021;
- Resolução Presi 10/2021 - que dispõe sobre o Plano de Logística Sustentável da Justiça Federal da 1ª Região;
- Manual de Sustentabilidade nas Compras e Contratos do Conselho da Justiça Federal-CJF;
- Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da AGU.

A contratada deverá ainda adotar as seguintes premissas durante a execução dos serviços:

- preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;
- uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;
- origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços e nas obras; e
- utilização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento.

E.3. Critérios de acessibilidade

Conforme Res. Presi 36/2021, do TRF1 (14003741):

"Art. 19. As contratações deverão observar a legislação que disponha sobre acessibilidade, em especial à [Resolução CNJ 401/2021](#), naquilo que couber, e as seguintes diretrizes:

- I - promover a igualdade por meio da adoção de medidas apropriadas para eliminar e prevenir quaisquer barreiras urbanísticas ou arquitetônicas, de mobiliário, de acesso aos transportes, nas comunicações e na informação, atitudinais ou tecnológicas;
- II - assegurar acessibilidade plena a espaços, informações e serviços, coibindo qualquer forma de discriminação por motivo de deficiência."

E.4. Demonstração de que o mercado atende aos requisitos mínimos

Itens	Requisitos mínimos	- Fabricante 1 - Modelo - Critérios de sustentabilidade e/ou acessibilidade - Fontes de consulta (link SEI)	- Fabricante 2 - Modelo - Critérios de sustentabilidade e/ou acessibilidade - Fontes de consulta (link SEI)	- Fabricante... - Modelo - Critérios de sustentabilidade e/ou acessibilidade - Fontes de consulta (link SEI)	Justificativa Caso alguma especificação (requisitos mínimos) deva ser mantida, ainda que não atendida por pelo menos três dos fabricantes listados.

Não se aplica à ação em tela.

F. Descrição da solução como um todo

F.1. Resultados pretendidos com a solução escolhida

A solução foi escolhida pela equipe técnica desta Seccional, visa uma economicidade e praticidade, agregada a um resultado satisfatório e pretendido.

Por se tratar de uma contratação já realizada anteriormente, entende-se que a instalação de *drywall* possui um resultado satisfatório, em aspectos funcionais e estéticos. Além do mais, a execução dos serviços é algo prático e de curta duração, adequando-se ao ambiente institucional, o que diminui a ocorrência de prejuízos na prestação de serviços da Justiça Federal.

F.2. Contratações correlatas e/ou interdependentes

Não se aplica à ação em tela.

F.3. Adequações do ambiente do órgão impostas pela solução escolhida

Para a correta execução dos serviços contratados, será necessário:

- 1) As mesas e demais equipamentos deverão ser deslocados, a fim de garantir espaço para a execução dos serviços;
- 2) Os equipamentos de informática ou quaisquer outros que se encontrem ligados às tomadas instaladas nas paredes deverão ser desligados e desinstalados;
 - a) o desligamento deverá ser feito pela equipe de manutenção predial, com o acompanhamento de técnicos ou profissionais habilitados;
 - b) qualquer dano causado nos equipamentos, em função do manuseio ou desligamento incorreto feito por terceiros ou pessoas não autorizadas, será de responsabilidade da CONTRATADA.
- 3) Todas as mesas, equipamentos e demais itens existentes nos ambientes deverão ser devidamente protegidos;
 - a) para a proteção dos itens deverá ser utilizada lonas que se encontrem limpas e em condições adequadas de uso;
 - b) o piso também deverá ser protegido, por meio de protetores próprios para piso, em papelão;
 - c) o fornecimento e a responsabilidade na proteção pretendida é de inteira responsabilidade da CONTRATADA.
- 4) Os locais afetados deverão ser identificados, pela CONTRATADA, com placas que indiquem a ocorrência de trabalhos e limitem o trânsito de pessoas não autorizadas.

F.4. Descrição integral da solução

A descrição da solução integral, consiste nos seguintes aspectos apresentados abaixo:

- A partir das solicitações feitas, o setor técnico realizará um levantamento e a confecção de um layout, com a especificação de medidas e descrição dos serviços a serem realizados, que serão apresentados à CONTRATADA para conferência quanto ao quantitativo proposto;
 - Toda a formalização será feita por e-mail, com a devida instrução nos autos, quanto às decisões e definições feitas;

- Após a conferência e aprovação dos serviços e quantitativos apresentados, não será admitida contestação por parte da CONTRATADA;
- Os serviços serão iniciados após a aprovação da Administração;
 - A partir do recebimento dos documentos acima, a CONTRATADA terá o prazo de até 30 (trinta) dias corridos, para efetuar a conclusão dos serviços.
- Antes de iniciar os serviços, a CONTRATADA realizará as adequações apresentadas no Item F3, deste documento;
- Os serviços de fornecimento e instalação de paredes de drywall (com e sem isolamento) deverá ser executado conforme o estabelecido nas seguintes normas técnicas:
 - ABNT NBR 15.758:2009 - Sistemas construtivos em chapas de gesso para drywall - Projeto e procedimentos executivos para montagem;
 - ABNT NBR 14.715:2021 - Chapas de gesso para drywall;
 - ABNT NBR 15.217:2018 - Perfisados de aço para sistemas construtivos em chapas de gesso para drywall - Requisitos e métodos de ensaio;
 - Normas e recomendações de fabricantes e demais entidades técnicas habilitadas.
- A paredes deverão ser instaladas com alinhamento e prumo adequado, com isso, a CONTRATADA deverá utilizar níveis a laser ou equipamentos compatíveis, para garantir tal exigência;
- Para o corte de peças, recomenda-se que a tarefa não seja feita no interior dos ambientes afetados, visando mitigar a ocorrência de transtornos no local;
- Na emenda entre as placas de drywall deverão ser instaladas - de forma adequada e em quantidade suficiente - juntas de dilatação em fita telada autoadesiva, próprias para drywall;
 - Todas as juntas deverão ser tratadas por meio da aplicação de massas adequadas;
- Os serviços de fornecimento e instalação de portas completas, incluindo fechaduras e dobradiças, deverão ser executados conforme o estabelecido nas seguintes normas técnicas:
 - ABNT NBR 15.930:2011 - Portas de madeira para edificação;
 - ABNT NBR 14.913:2011 - Fechaduras de embutir: Requisitos, classificação e métodos de ensaio;
 - Normas e recomendações de fabricantes e demais entidades técnicas habilitadas.
- As portas e acessórios a serem fornecidos e instalados deverão ser novos. Não serão admitidas esquadrias, bem como seus acessórios e complementos, que apresentem manchas, trincados ou qualquer outra falha que comprometa o aspecto funcional e estético do insumo utilizado;
- Na instalação das portas, a CONTRATADA deverá executar todos os elementos adequados, de tal forma que o esquadro seja garantido;
 - Será de responsabilidade da CONTRATADA a instalação da guarnição, batente, folha, fechadura, dobradiça e todos os demais elementos que compõem a esquadria;
 - Para a fixação das partes, deverão ser utilizados pregos resistentes e suficientes, para a garantir a estabilidade da esquadria;
 - O esquadro das portas deverá se atendido, não sendo admitido encaixes irregulares e a ocorrência de frestas e vãos - entre as peças;
 - O não atendimento acarretará na desinstalação da esquadria e posterior troca por uma nova peça, que atenda as exigências da CONTRATANTE.
- A CONTRATADA será responsável por efetuar a limpeza do ambiente afetado e a realizará de maneira corriqueira, não sendo admitido o acúmulo de sujeira e restos de materiais e ferramentas, por exemplo;
 - A rotina de limpeza deverá ser diária e qualquer dano ou reclamação, por parte dos usuários ou da fiscalização, poderá acarretar na paralisação dos serviços, até que todas as pendências sejam regularizadas;
- Em caso de alterações em medidas, quantitativos, detalhes construtivos, dentre outros, a fiscalização deverá ser comunicada, não sendo admitido - sem prévia autorização - qualquer serviço que fuja do escopo apresentado;
- Todos os prestadores de serviços deverão utilizar equipamentos de proteção individual (EPIs) e serem devidamente habilitados para a execução do objeto contratado;
- A execução deverá ocorrer conforme a seguinte dinâmica:
 - Os serviços serão executados nos seguintes locais:
 - Edifício Sede/Anexo - Rua 19, nº 244, Setor Central, Goiânia - GO, CEP: 74.030-090.
 - Edifício Gama Dias - Avenida Republica do Libano, esquina com a Avenida B, Qd. D-1, Lts. 21/30, Setor Oeste, Goiânia - GO, CEP: 74.115-30.
 - Galpão Sedaj/Semap - Avenida Central, nº 808, Galpão 3, Quadra F, Lote 6, Setor Empresarial, Goiânia - GO, CEP: 74583-350.
 - Subseção Judiciária de Anápolis - Av. Universitária, quadra 02, lote 05, nº 820, Jardim Bandeirante, Anápolis - GO, CEP: 75083-035.
 - Subseção Judiciária de Formosa - Rua Itiquira esquina com Rua Lindolfo Gonçalves, nº 1000, Setor Nordeste, Formosa - GO, CEP: 73.807-145.
 - Subseção Judiciária de Itumbiara - Av. João Paulo II, nº 185, Bairro Ernestina Borges de Andrade, Itumbiara - GO - CEP: 75528-370.
 - Subseção Judiciária de Jataí - Rua Nicolau Zaidem nº 1135, quadra 45, Vila Fátima, Centro, Jataí - GO, CEP: 75.803-055.
 - Subseção Judiciária de Luziânia - Rua Dr. João Teixeira, quadra 73, lote 21- A nº 596, Edifício Iaci Amaral, Centro, Luziânia - GO, CEP: 72800-440.
 - Subseção Judiciária de Rio Verde - Avenida Presidente JK, Quadra 08, Lote 04, Bairro Morada do Sol, Rio Verde - GO, CEP 75909-080.
 - Subseção Judiciária de Uruaçu - Avenida Tocantins, nº 17, Quadra 07, Lote 16, Setor Central, Uruaçu - GO, CEP: 76.400-000.
 - Os serviços serão executados pela CONTRATADA de segunda a sexta, no período das 08:00 às 18:00:
 - Podem ocorrer limitações de horários, caso haja necessidade por parte da Administração. Em caso de restrições, a CONTRATADA será comunicada e deverá seguir as recomendações e limitações apresentadas.

G. Declaração de viabilidade

Com base nas informações levantadas ao longo do estudo técnico desenvolvido, declaramos que a solução apresentada é viável de prosseguir e ser concretizada, pois:

- 1) A necessidade apontada é clara e adequadamente justificada;
- 2) Está alinhada com os objetivos estratégicos do órgão ou com os programas/atividades formalmente estabelecidas para a Unidade Requisitante;
- 3) As quantidades e demais exigências a contratar estão coerentes com os requisitos quantitativos e qualitativos que precisam ser atendidos para resolução da necessidade identificada;
- 4) Foram realizadas estimativas expeditas de preços de mercado, a fim de que a Administração Superior possa avaliar, aprovar e programar o provimento dos recursos necessários ao longo de todo o período de implantação da solução.

H. Nome e assinatura dos responsáveis pela elaboração e pela revisão, supervisão e controle de qualidade do ETP

Responsável pela elaboração: *(servidor da unidade requisitante)*

Rafael Augusto Borges Alves
Engenheiro Assessor
Matr. GO2161PS

Luciano Carnaúba de Paiva
Supervisor da Seseg/GO
Matr. GO80359

Responsável pela revisão, supervisão e controle de qualidade: *(diretor)*

Frankmar dos Reis
Diretor do Nuasg
GO80349



Documento assinado eletronicamente por **Luciano Carnauba de Paiva, Supervisor(a) de Seção**, em 10/02/2026, às 12:28 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Frankmar dos Reis, Diretor(a) de Núcleo**, em 10/02/2026, às 14:43 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Augusto Borges Alves, Engenheiro Fiscal**, em 10/02/2026, às 14:52 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.trf1.jus.br/autenticidade> informando o código verificador **24527179** e o código CRC **4E178EC0**.